

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20250018 / CEGÁS
PROCESSO Nº 08052.000192/2025-17
UASG: 943001
NÚMERO COMPRASNET: 90994/2025

A Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS, por intermédio do pregoeiro e do membro da equipe de apoio designados por ato do Governador do Estado, que ora integra os autos, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma Eletrônica.

1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO MODO DE DISPUTA

1.1. O critério de julgamento será o de Menor Preço por GRUPO, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõe. A proposta final para o grupo não poderá conter item com valor superior ao estimado pela Administração, independentemente do valor total do grupo.

1.2. O modo de disputa será o Aberto e Fechado.

2. DO REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA

2.1. O regime de execução indireta se dará por empreitada por preço unitário.

3. DA BASE LEGAL

3.1. A licitação se encontra baseada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações; Lei Estadual nº 18.417, de 11 de julho de 2023; Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar Estadual nº 65, de 3 de janeiro de 2008; Lei Complementar Estadual nº 134, de 7 de abril de 2014; Decreto Estadual nº 35.067, de 21 de dezembro de 2022 e suas alterações; Decreto Estadual nº 35.283, de 19 de janeiro de 2023; Decreto Estadual nº 32.718, de 15 de junho de 2018; Decreto Estadual nº 35.726, de 30 de outubro de 2023, Portaria PGE/GAB nº 36, de 8 de março de 2024, Regulamento Interno de Licitações e Contratos, Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS e subsidiariamente, a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

4. DO OBJETO

4.1. O objeto da licitação é a prestação de serviços de gestão, planejamento, organização, gerenciamento, promoção, coordenação, recepção, operacionalização, produção e assessoria de eventos, com fornecimento de produtos, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

5. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO E DO PREGOEIRO

5.1. Este edital está disponível gratuitamente nos sítios www.portalcompras.ce.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/consulta-detalhada>.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema do Comprasnet, no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, pelo pregoeiro Janes Valter Nobre Rabelo.

5.3. A audiência requerida por representante de licitante ou interessado em participar de licitação, com o fito de despachar sobre recurso ou impugnação de sua autoria junto à Central de Licitações da Procuradoria-Geral do Estado, será realizada conforme disposto na Portaria/PGE nº 38/2022, publicada na pg. 18 do DOE de 17/03/2022.

5.4. A equipe de apoio atende pelo telefone de nº (85) 3125-9376 e pelo e-mail: licitacao@pge.ce.gov.br.

6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

6.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 09/02/2026.

6.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 05/03/2026, às 9h.

6.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 05/03/2026, às 9h.

6.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

6.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data, exceto quando remarcada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DA CENTRAL DE LICITAÇÕES

7.1. Central de Licitações/PGE, Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150, Bairro Edson Queiroz, Fortaleza – Ceará, CEP. 60811- 520, CNPJ nº 06.622.070/0001-68.

7.2. Horário de expediente da Central de Licitações: das 8h às 12h e das 14h às 18h.

8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos próprios oriundos da CEGÁS.

9. DA PARTICIPAÇÃO

9.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP- Brasil.

9.1.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

9.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou da Central de Licitações responsável pelo processamento das licitações, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.3.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

9.5. Não poderão disputar esta licitação:

9.5.1. Aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos;

9.5.2. Empresa em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

9.5.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, observado o § 1º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.4. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021. A vedação é estendida a terceiros que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante

de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

9.5.5. Empresa estrangeira não autorizada a comercializar no país;

9.5.6. Empresa ou sociedade cooperativa cujo estatuto ou contrato social não inclua em seu objetivo social atividade compatível com o objeto do certame, e ainda, que não atendam o art. 16 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

9.5.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.5.9. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

9.5.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9.5.11. Pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas nas hipóteses do §5º do art.14 da Lei nº 14.133/2021, ou que seja declarada inidônea nos termos da referida Lei.

9.5.12. Consórcio, qualquer que seja sua constituição, conforme justificativa constituída nos autos, nos termos do art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021.

9.5.13. Empregado ou dirigente da CEGÁS, como pessoa física.

9.5.14. Quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

9.5.14.1. Dirigente ou empregado da CEGÁS, neste último caso quando as atribuições do empregado envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação.

9.5.14.2. Autoridade do ente público a que a CEGÁS esteja vinculada.

9.5.15. Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CEGÁS. há menos de 6 (seis) meses.

9.5.16. Possuam entre seus dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis legais ou técnicos, membros do conselho técnico, fiscal, consultivo, deliberativo ou administrativo, qualquer pessoa que seja membro da Administração da CEGÁS.

9.5.17. Vedada, ainda, a participação de cooperativas nos termos do art. 5º, da Lei Federal nº 12.690, de 19 de julho de 2012, publicada no D.O.U de 20/07/2012.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, no endereço eletrônico citado no subitem 10.3 abaixo.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por meio do sistema utilizado na realização do certame, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública. As respostas divulgadas vincularão os participantes e a Administração.

10.2.1. As decisões do pregoeiro, sempre que necessário, se darão com embasamento nos pareceres e laudos emitidos pelas áreas técnicas e jurídicas do órgão e entidade promotora da licitação ou, conforme o caso, pela Comissão Central de Avaliação de Impugnações e Recursos em Licitação, nos termos do § 1º do art. 24 e § 3º do art. 94 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, e nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 24 do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

10.2.2. Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no subitem 10.2, o pregoeiro poderá adiar a abertura da sessão pública, mediante aviso no sistema utilizado na realização do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licitacao@pge.ce.gov.br, até as 23h59min, com a informação do nº do pregão, a entidade promotora da licitação e pregoeiro responsável.

10.3.1. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, conforme §§ 5º e 6º do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, possui caráter sigiloso e sua divulgação somente ocorrerá após o encerramento da fase de julgamento das propostas, ou, quando encerrado a etapa de lances os preços permanecerem acima do valor estimado.

11.2. Os riscos a serem suportados pelo contratante e contratado se encontram descritos no subitem 2.2 do Termo de Referência, da Matriz de Risco.

12. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

12.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

12.2. Após o julgamento da proposta, o licitante vencedor deverá enviar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado da convocação do pregoeiro, os documentos de habilitação.

12.3. Após a entrega dos documentos para habilitação e/ou proposta, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021. O licitante deverá enviar os documentos complementares via sistema utilizado na realização do certame, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação, salvo prazo diferente estabelecido em Regulamento Interno da entidade promotora da licitação.

12.3.1. Não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário.

12.3.2. Realizada a diligência, o não envio das informações ou documentos no prazo estabelecido pelo pregoeiro, ensejará a preclusão desse direito, resultando na inabilitação e/ou desclassificação do licitante.

12.4. A não apresentação de declarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, não implicará a desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete ao pregoeiro mediante diligência, conceder o mesmo prazo estabelecido no subitem 12.3 para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

12.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

12.5.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data

de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12.5.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

12.5.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

12.5.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

12.5.4.1. Quando solicitado pela Administração, a comprovação da reserva de cargo poderá se dar da seguinte forma:

I – Realização de processos seletivos;

II – Divulgação ampla das oportunidades de vagas em meios acessíveis, tais como: internet, rádio, televisão, jornais de grande circulação;

III – Programas de inclusão promovidos pela licitante;

IV – Parcerias com entidades especializadas na busca ativa por candidatos que se enquadrem nas condições previstas neste subitem.

12.5.4.2. É admissível outros meios legais de prova que demonstrem esforços concretos para o preenchimento das vagas de que trata o art. 116, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.5.5. Desenvolve programa de integridade nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, quando for o caso.

12.5.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou a sociedade cooperativa que cumpra os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021;

12.5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

12.5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

12.6. A falsidade das declarações de que tratam os subitens 12.5.1 ao 12.5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

12.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas no sistema, até a abertura da sessão pública.

12.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

13. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

13.1. O licitante deverá enviar sua proposta eletrônica com o preenchimento obrigatório de todos os campos solicitados no sistema.

13.1.1. O não preenchimento correto dos campos ensejará a desclassificação do licitante.

13.1.2. Os preços globais deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais.

13.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

13.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

13.4. Os preços ofertados, tanto na proposta eletrônica, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

13.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, e quando for o caso, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

13.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação readequada.

13.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.

13.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento ou sobrepreço na execução do contrato.

14. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

14.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital, vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

14.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

14.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

14.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

14.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

14.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar os lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

14.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário que corresponde ao valor global.

14.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

14.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

14.8. Os licitantes somente poderão oferecer lances de valor unitário inferior ao último por eles ofertados e registrados pelo sistema.

14.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (um centésimo por cento), utilizando como referência o valor unitário do item.

14.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

14.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

14.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

14.11. O valor final mínimo, parametrizado no sistema, poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele mesmo no sistema.

14.12. O valor final mínimo, parametrizado na forma do subitem 14.10 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o pregoeiro, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

14.13. Será adotado o modo de disputa **“aberto e fechado”** no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

14.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

14.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da melhor oferta e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

14.13.3. O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

14.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 14.13.2, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no subitem 14.13.3.

14.13.5. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

14.13.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.

14.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao pregoeiro nem aos demais participantes.

14.16. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízos dos atos realizados.

14.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

14.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

14.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

14.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

14.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

14.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

14.21. Em caso de empate entre duas ou mais propostas ou lances, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

14.21.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta ou lance em ato contínuo à classificação;

14.21.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;

14.21.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, comprovado mediante a apresentação do Selo Empresa Amiga da Mulher, criado pela Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023 ou por quaisquer outros selos que representem ações de equidade entre homens e mulheres, criados pelos Estados e/ou Distrito Federal.

14.21.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme as diretrizes estabelecidas pela Controladoria-Geral do Estado ou, em sua ausência, pela Controladoria-Geral da União para as empresas privadas.

14.22. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.22.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará;

14.22.2. Empresas brasileiras;

14.22.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.22.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

14.23. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata a lei, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas, pelo sistema Compras.gov.br, conforme Acórdão TCU nº 723/2024 Plenário.

14.23.1. Na impossibilidade do sorteio pelo sistema Compras.gov.br, serão adotadas as seguintes providências, a ser realizado em ato público:

I – Será comunicado, por meio do sistema, a data, o horário, o sítio eletrônico onde será realizado o sorteio, bem como a plataforma de transmissão ao vivo;

II – A data e o horário serão comunicados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a realização do sorteio;

III – O resultado do sorteio será registrado na ata da sessão pública, divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

14.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

14.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.25. A proposta deverá conter todas as especificações do objeto em atendimento ao Anexo I – Termo de Referência.

14.26. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado para no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, prorrogável por igual período na forma do art. 49 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, após a negociação realizada, anexar a proposta adequada ao último lance por ele ofertado.

15. DA FASE DE JULGAMENTO

15.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, observado o previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 9.5, deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

II – Certificado de Registro Cadastral (CRC) CE.

III – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>); e

IV – Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>).

15.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

15.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

15.4. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 14.26 deste edital.

15.4.1. As decisões do pregoeiro se darão baseadas nos pareceres e laudos, nos termos previstos no subitem 10.2.1, deste edital.

15.4.2. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao referido benefício.

15.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

15.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

15.7.1. Contiver vícios insanáveis;

15.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

15.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

15.7.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

15.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável;

15.7.6. Contiver item com valor superior ao estimado pela Administração, independentemente do valor total do grupo, quando houver agrupamento de itens.

15.8. A ausência de documentos possíveis de ser verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.

15.9. A inexequibilidade da proposta, conforme disposto no art. 55 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, somente será reconhecida após a realização de diligência pela(s) área(s) técnica e/ou jurídica, conforme o caso, do órgão ou entidade promotora da licitação, que comprove:

I – que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II – inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

16. DA FASE DE HABILITAÇÃO

16.1. Os documentos previstos no subitem 12 do Anexo I – Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. A habilitação será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, nos documentos de habilitação por eles abrangidos.

16.3. A verificação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

16.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

16.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste edital.

16.6. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

16.7. Os documentos deverão ser apresentados ou pela matriz ou pela filial que estiver participando do certame, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para as filiais como é o caso dos atestados de capacidade técnica. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

16.8. O documento obtido através de sítios oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pelo pregoeiro.

16.8.1. Os documentos têm que se encontrar dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente a validade, este deverá ser acompanhado de declaração

ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

17. DOS RECURSOS

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de julgamento da proposta, ou da habilitação ou inabilitação.

17.3. Quando a decisão do pregoeiro importar em abertura de prazo recursal, será comunicada a retomada da sessão pública com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, no sítio eletrônico utilizado para realização do certame.

17.3.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

17.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.7.1. Caso o licitante entenda ser necessário o envio de documentos complementares para melhor entendimento das suas razões e/ou contrarrazões de recurso, deverá disponibilizar um *link* no corpo da peça, de maneira que os referidos documentos sejam de acesso livre ao pregoeiro e demais interessados.

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.10. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

17.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), naquilo que lhes couber e na Central de Licitações no endereço constante no subitem 7.1 deste edital.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva ou;

- 18.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;
- 18.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 18.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 18.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 18.1.5. Fraudar a licitação;
- 18.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 18.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 18.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 18.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 18.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.
- 18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 18.2.1. Advertência;
- 18.2.2. Multa;
- 18.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
- 18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- 18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 18.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 18.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 18.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 18.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 18.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 18.4. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado, conforme §3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
- 18.4.1. A multa será recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 18.4.1.1. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 2% (dois por cento) do valor do contrato licitado.
- 18.4.1.2. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.
- 18.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 18.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 18.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no

âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer a entidade contratante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

18.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, se houver, em favor da entidade promotora da licitação.

18.9.1. A exigência da garantia de que trata o subitem anterior, obedecerá ao disposto no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.10. O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome da CEGÁS, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

19.1. A adjudicação do objeto e a homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade superior.

19.2. O sistema gerará o relatório de disputa e de adjudicação e homologação.

20. DA CONTRATAÇÃO

20.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

20.2. O contrato poderá ser assinado por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

20.3. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital, as quais deverão ser mantidas pelo contratado durante todo o período da contratação, bem como a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

20.4. Quando o adjudicatário não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou se recusar a assinar o contrato, poderá ser convidado outro licitante pelo pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

20.5. A forma de pagamento, prazo contratual, obrigações, reajuste, recebimento e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas respectivamente nos Anexos I e III – Termo de Referência e Minuta do Termo de Contrato, parte integrante deste edital.

20.6. Da Subcontratação

20.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

20.7. Da Garantia contratual

20.7.1. Será exigida garantia contratual nos termos e prazos estabelecidos no subitem 6.2 do Termo de Referência. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

21. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

21.1. As licitantes devem observar e a contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os

propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “prática obstrutiva”:
 - (1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste subitem;
 - (2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

21.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

21.3. Considerando os propósitos dos itens acima, a licitante vencedora como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

21.4. A contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas em Lei, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital para a fase externa se iniciam e se vencem somente nos dias e horários de expediente da Central de Licitações. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente da contratante.

22.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia

e do interesse público.

22.5.1. Erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, serão sanados pelo pregoeiro mediante decisão em despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, conforme inciso VIII do art. 24, o § 4º do art. 75 e o inciso V do art. 98, todos do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

22.5.2. Considera-se, dentre outros, erro no preenchimento da proposta, passível de correção, os erros aritméticos, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

22.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.7. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

22.8. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo pregoeiro ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do licitante.

22.9. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida a licitante, ainda que se trate de originais.

22.10. Os representantes legais dos licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

22.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

22.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Carta Proposta

ANEXO III – Minuta do Termo de Contrato

Fortaleza-CE, 16 de janeiro de 2026.

Eric Henrique B. G. Figueiredo

Gerente de Licitações, Contratos e Suprimentos

Companhia de Gás do Ceará – CEGAS

Miguel Antonio Cedraz Nery

Ordenador de Despesa

Companhia de Gás do Ceará – CEGAS

Aprovado: _____

José Eduardo Marzagão Filho

Gerente Jurídico

Companhia de Gás do Ceará – CEGAS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº: 08052.000192/2025-17

UNIDADE REQUISITANTE: **Gerência de Comunicação e Marketing (GECMA).**

1. DO OBJETO

1.1. Serviços de gestão, planejamento, organização, gerenciamento, promoção, coordenação, recepção, operacionalização, produção e assessoria de eventos, por demanda, com fornecimento de produtos, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo.

1.1.1. Para efeito deste Termo, em se tratando de gestão de eventos, devem ser consideradas as seguintes definições:

- a) Organização: A realização dos serviços permanentes e eventuais, constantes deste termo de referência.
- b) Evento: As apresentações, cerimônias, conferências, congressos, debates, encontros, fóruns, palestras, seminários, reuniões, visitas de autoridades oficiais (Brasileiras e Estrangeiras), workshops, entre outros, realizados pela CEGÁS.
- c) Atividade: Compreendem o planejamento operacional, organização, execução, acompanhamento de eventos e pós-eventos, incluindo checagem, preparação de ambientes e dos equipamentos necessários, suporte técnico, fornecimento de apoio logístico e dos serviços que se fizerem necessários, com emprego de profissionais capacitados e equipamentos em quantidades e características necessárias.
- d) Sob demanda: Uso da quantidade determinada pela conveniência da contratante no momento da solicitação do item.

1.2. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, sob o regime de execução indireta: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

GRUPO I				
ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDI-DA	QUAN-TIDADE
		ALIMENTAÇÃO		
EVENTOS CALENDÁRIO				
1	ANIVERSARIANTES DO MÊS	<p>Alimentos: Torta de aniversário com topo de bolo com parabéns, 01 (uma) vela, 02 (dois) tipos de bolos, 03 (três) tipos de pães (pão de leite, mini croissants e mini-“carioquinha”), 02 (dois) tipos de patê, manteiga, requeijão, bandeja de frios, ovos mexidos, cuscuz, mini tapioca, 02 (dois) tipos de salgadinhos de forno, 01 (uma) torta salgada recheada ou pão recheado, 01 (uma) torta salgada recheada sem glúten e sem lactose, salada de frutas ou frutas laminadas, mel, granola.</p> <p>Bebidas: Leite, chocolate quente, 02 (dois) tipos de suco natural de fruta, iogurte.</p> <p>Deverá ser disponibilizada mesa exclusiva com itens para pessoas com restrições alimentares, incluindo opções sem glúten e sem lactose. A seleção dos alimentos deverá ser adequada à realidade de cada Ordem</p>	PESSOAS	4000

		<p>de Fornecimento, atendendo ao mínimo de 20% da quantidade mínima, respeitando diretrizes nutricionais e de acessibilidade alimentar.</p> <p>Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 80 pessoas</p>		
2	CARNAVAL	<p>Alimentos: 03 tipos de minisanduíches (pão de leite com patê, cachorro-quente, árabe recheado), pão tipo costela de adão (artesanal trançado recheado), pão de queijo, 02 (dois) tipos de bolo, escondidinho de carne de sol ou quiche grande recheada, 04 (quatro) tipos de salgadinhos fritos variados, frutas in natura e/ou lami-nadas, granola e mel.</p> <p>Bebidas: Coquetel de frutas sem álcool, 02 (dois) tipos de suco natural da fruta, refrigerante normal e zero, io-gurte.</p> <p>Deverá ser disponibilizada mesa exclusiva com itens para pessoas com restrições alimentares, incluindo op-ções sem glúten e sem lactose. A seleção dos alimen-tos deverá ser adequada à realidade de cada Ordem de Fornecimento, atendendo ao mínimo de 20% da quantidade mínima, respeitando diretrizes nutricionais e de acessibilidade alimentar.</p> <p>Decoração carnavalesca: cortinas metalizadas, luzes de led decorativa, TNT, E.V.A, 5 pacotes de confetes, 5 pacotes de serpentina.</p> <p>Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 50 pessoas</p>	PESSOAS	250
3	CESTA DE PÁSCOA	<p>Cesta de Páscoa: Pão de coco de 300 gramas, garrafa (1,5L) de suco de uva integral, ovo de Páscoa de cho-colate (não artesanal, marcas reconhecidas no merca-do) com peso líquido de 300 a 375 gramas. Incluir 20% da quantidade mínima da Ordem de Fornecimento com opção de ovo de páscoa zero glúten e/ou lactose.</p> <p>Serviço: Contratação de um personagem coelho para a entrega dos ovos (02 horas de permanência na sede da CEGÁS)</p> <p>Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 80 cestas</p>	PESSOAS	540
4	DIA INTERNACIO-NAL DA MULHER	<p>Alimentos: Torta doce, pão tipo costela de adão (arte-sanal trançado recheado), 03 (três) tipos de salgado de forno, 02 (dois) tipos de pães (mini croissant, pão de leite), requeijão, manteiga, bandeja de frios, salada de frutas.</p> <p>Bebidas: 02 (dois) tipos de suco natural de frutas, cho-colate quente, leite, refrigerante normal e zero.</p> <p>Incluir opções sem glúten e sem lactose quando possí-vel.</p> <p>Mimo: Incluir 01 (um) botão de rosa natural por pes-soa.</p> <p>Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 40 pessoas</p>	PESSOAS	180

5	DIA DAS MÃES/PAIS	<p>Serviço de café colonial</p> <p>Alimentos: Torta doce, 03 (três) tipos de pães diversos, bandeja de frios, patê, requeijão, pão americano recheado (pão de metro), empadão de frango ou carne de sol, salgadinhos fritos variados, frutas laminadas.</p> <p>Bebidas: 02 (dois) tipos de suco natural de frutas, chocolate quente, leite, refrigerante normal e zero.</p> <p>Incluir opções sem glúten e sem lactose quando possível.</p> <p>Decoração: balões de coração, tradicionais ou arranjos florais.</p> <p>Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 30 pessoas</p>	PESSOAS	400
6	FESTA JUNINA	<p>Serviço de buffet</p> <p>Alimentos: Itens juninos - milho cozido e assado, pamonha, cachorro-quente, canjica, cocada branca, cocada preta, 02 (dois) tipos de bolo (milho e laranja), pé de moleque, paçoquita, maçã do amor.</p> <p>Espetinhos de carne (maminha, cupim) e espetinho de frango (coxinhas, coração, peito).</p> <p>Incluir opções sem glúten e sem lactose quando possível.</p> <p>Buffet: Baião de dois, paçoca, arroz branco, vatapá e creme de galinha. Sobremesas: Pudim de leite, mousse (limão, maracujá)</p> <p>Bebidas: 03 (três) tipos de sucos natural, refrigerante normal e zero, água mineral, gelo.</p> <p>Decoração: bandeirinhas, balões, chapéus de palha, luzes, mesas e cadeiras, toalhas xadrez, enfeites de mesa, estalinhos (120 caixinhas com 10 und), descartáveis (se necessário) com copos, pratos, colheres, garfos, facas e guardanapos de papel.</p> <p>Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 100 pessoas.</p>	PESSOAS	750
7	CEGÁS É MAIS SAÚDE	<p>Alimentos: Sanduíche natural de frango com cenoura, minisanduíches de patê de atum, salada de frutas, barra de cereal, frutas in natura e/ou laminadas.</p> <p>Bebidas: 02 (dois) tipos de suco de frutas, água de côco, água mineral (garrafa 500ml), bebida proteica 250ml, café.</p> <p>Incluir opções sem glúten e sem lactose quando possível.</p> <p>Equipe de apoio para a realização do evento: assessoria esportiva, carro batador ou ambulância (quando necessário).</p> <p>Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 30 pessoas</p>	PESSOAS	300
8	DIA DAS CRIANÇAS	<p>Alimentos: Cachorro-quente, minipizzas, sorvete, picolé, bolo de chocolate, bolinho saudável banana sem açúcar, cupcakes, brownies, pão de queijo, salgadinhos de forno e fritos variados, 03 (três) tipos de frutas cortadas.</p>	PESSOAS	250

		<p>Bebidas: achocolatado, 02 (dois) tipos de suco natural de fruta e suco integral de uva.</p> <p>Incluir opções sem glúten e sem lactose quando possível.</p> <p>Mimo: Sacola personalizada infantil de papel com pirulitos e balinhas.</p> <p>Atividades: contratação de animador para receber as crianças e fazer gincanas, pintura facial ou pintura em telas/gero (incluir aventais, tintas e pincéis), brinquedos com monitores: cama elástica, pula-pula, escorregador, piscina de bolinhas, games e sessão cinema.</p> <p>Decoração infantil: arco de balões coloridas para a entrada do evento e pontos de balões no evento.</p> <p>Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 50 pessoas</p>		
9	FESTA NATALINA	<p>Organização e fornecimento de evento de confraternização natalina, a ser realizado em restaurante bem avaliado* com ambiente climatizado ou espaço reservado compatível com eventos corporativos, localizado em raio de até 20 km da sede da CEGÁS.</p> <p>Serviço de Alimentação: Fornecimento no formato buffet ou à la carte (conforme escolha da contratante)</p> <p>Alimentação: menu temático natalino com opções de entradas, saladas, pratos principais com variedade de proteínas (incluindo carnes típicas da época), acompanhamentos e 02 (duas) opções de sobremesas.</p> <p>Bebidas: Água mineral (com e sem gás), refrigerante normal e zero, 02 (dois) tipos de sucos naturais de frutas e coquetel de frutas sem álcool.</p> <p>Serviços inclusos: Equipe de garçons, segurança, recepcionista e coordenador de eventos, conforme necessidade definida pela contratante com base na quantidade de participantes e local do evento.</p> <p>Decoração temática natalina: A ser definida pela contratante, podendo incluir toalhas vermelhas, arranjos de mesa, árvore de Natal de grande porte e demais elementos simbólicos típicos.</p> <p>Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 80 (oitenta) pessoas.</p>	PESSOAS	450
10	CESTA NATALINA	<p>Fornecimento de cesta natalina premium com no mínimo dez itens, composta por alimentos típicos das comemorações de fim de ano, incluindo proteína principal (peru ou tender), chocolates, biscoitos finos e demais produtos de qualidade reconhecida, próprios para a data. Todos os itens devem possuir apresentação refinada e estar devidamente acondicionados de forma decorativa, em embalagem temática compatível com a ocasião.</p> <p>Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 100 unidades.</p>	PESSOAS	540
11	CONFRATERNIZAÇÃO	<p>Serviço de churrasco para carnes de boi, frango e suínos</p>	PESSOAS	200

		<p>Alimentos: linguças (toscana, mista, suína); cortes de frango (tulipa, coxa, sobrecoxas, coração, asa); cortes de boi e suínos: picanha, maminha, alcatra, fraldinha, costela, pernil suíno. Saladas: folhas verdes, maionese ou salada de macarrão. Pratos quentes: Arroz branco, baião de dois, batata frita, farofa; molhos e temperos (vinagrete, azeite, ervas, pimenta, sal, vinagre, limão); pão de alho; espetinhos de carnes e queijo coalho.</p> <p>Sobremesa: Pudins ou mousses.</p> <p>Bebidas: 02 (dois) tipos de sucos natural de fruta (limonada suíça), refrigerante (normal e zero), água mineral, água com gás, gelo.</p> <p>Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 50 pessoas</p>		
12	ALMOÇO/JANTAR INSTITUCIONAL E COMERCIAL	<p>Prestação de serviço de fornecimento de almoço ou jantar, em restaurante bem avaliado*, em ambiente adequado para eventos corporativos. O serviço poderá ocorrer no formato à la carte ou buffet, com atendimento à mesa quando aplicável.</p> <p>Alimentos: Entrada (salada, finger foods ou similar), prato principal com pelo menos duas opções de proteína (carne vermelha, frango, peixe e/ou vegetariana), acompanhamentos (arroz, massas, legumes, ou similares em variedades adequadas), sobremesa (doces ou frutas)</p> <p>Bebidas: Água mineral, água de coco, suco natural de frutas ou refrigerante normal/zero.</p> <p>Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 10 (dez) pessoas.</p>	PESSOAS	500
13	COFFEE BREAK	<p>Alimentos: Pães de queijo, 02 (dois) tipos de bolo, 02 (dois) tipos de minisanduíches, 04 (quatro) tipos de salgados fritos variados, salada de frutas.</p> <p>Bebidas: 02 (dois) tipos de suco natural de fruta, refrigerante normal e zero, leite.</p> <p>Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 20 pessoas</p>	PESSOAS	2000
14	BRUNCH	<p>Alimentos: 03 (três) tipos de mini sanduíches; pães de queijo; 03 (três) tipos de salgadinhos de forno, 02 (dois) tipos de bolo; torta salgada grande; pão americano (pão recheado); frutas in natura e/ou laminadas.</p> <p>Bebidas: 02 (dois) tipos de suco natural de fruta, refrigerante normal e zero, leite, chocolate quente.</p> <p>Serviço: Incluir copeira durante a duração do evento.</p> <p>Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 32 pessoas</p>	PESSOAS	2000
15	COQUETEL VOLANTE	<p>Serviço de coquetel volante</p> <p>Alimentos: mini hamburguers; 03 (três) tipos de canapés salgados quentes; 02 (dois) tipos de canapés salgados frios; 02 (dois) tipos de canapés doces; 02 (dois) tipos de miniporções quentes (escondidinhos carnes de sol/camarão e cremes espinafre/abóbora com carne de</p>	PESSOAS	2000

		sol/queijo), Bebidas: coquetel de frutas sem álcool, refrigerante normal e zero, 02 tipos de sucos naturais de frutas. Serviço: 01 (um) garçom para cada 15 (quinze) participantes; Copeira durante todo o evento. Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 15 pessoas		
16	KIT LANCHE	Kit embalado individualmente em papel pardo. Incluir guardanapo. Alimentos: 01 (um) sanduíche natural embalado com patê de frango ou atum, 01 (uma) fatia de bolo fofo e 01 (uma) fruta in natura. Bebidas: 1 suco de caixa (maracujá, laranja, uva, cájá), achocolatado ou refrigerante (tipo cola, guaraná ou similar de boa aceitação junto aos consumidores). Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 10 (dez) unidades.	UNIDADE	500
17	CREPE E CHURROS	Serviço com carrinho móvel para preparo e distribuição de crepes (doces e salgados) e churros recheados, incluindo operador, insumos, equipamentos e utensílios necessários à execução da atividade. O serviço deverá observar as boas práticas de higiene e estar adequado ao atendimento de público em eventos institucionais. Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 01 (um) ponto de serviço por evento, salvo solicitação específica da CONTRATANTE.	HORAS	24
18	PIPOCA E ALGODÃO DOCE	Prestação de serviço com carrinho móvel para preparo e distribuição de pipoca e algodão doce, incluindo operador, insumos, equipamentos e utensílios necessários à execução da atividade. O serviço deverá observar as boas práticas de higiene e estar adequado ao atendimento de público em eventos institucionais. Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 01 (um) ponto de serviço por evento, salvo solicitação específica da CONTRATANTE.	HORAS	24
19	DOCES FINOS	Itens de confeitaria gourmet com faixa de preço e padrão de qualidade equivalentes, que podem ser escolhidos entre brownie individual artesanal, cupcake decorado, docinho ou trufa gourmet. Os itens deverão ser acondicionados individualmente ou em grupo, em embalagens apropriadas para consumo em eventos institucionais ou para eventos em datas comemorativas. Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: os itens que poderão ser solicitados individualmente, conforme demanda, não sendo obrigatória a contratação de todos os itens em conjunto. Cada item poderá ser requisitado a partir de uma quantidade mínima de 10 (dez) unidades	UNIDADE	400
20	BISCOITOS FINOS	Fornecimento de biscoitos finos (doces ou salgados) em pacotes de 500g. Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 03 (três) pacotes	PACOTES	108

21	MIX DE CASTANHAS LINHA PREMIUM	<p>Fornecimento de castanhas linha premium ou substitutos. Os itens poderão ser fornecidos em embalagens padrão de 500g para consumo interno, reservando-se à Contratante o direito de solicitar, quando necessário, o fracionamento em embalagens menores e personalizadas para fins de brinde institucional ou presente corporativo.</p> <p>Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 02 (dois) pacotes</p>	PACOTE	108
22	TORTA DOCE	<p>Torta doce recheada, fornecida por quilo, com rendimento estimado de 12 porções por kg, com decoração institucional ou temática personalizada para eventos corporativos. Recheios e cobertura a definir. O produto deverá ser entregue em embalagem apropriada, devidamente refrigerado. Incluir vela se necessário.</p> <p>Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 1 (um) kg - A quantidade será definida conforme a demanda de cada evento, mediante Ordem de Fornecimento da Contratante.</p>	UNIDADE	40
23	TORTA SALGADA	<p>Torta salgada grande, assada, tipo empadão, quiche, torta de forno, recheio tradicional (frango com catupiry, carne de sol, camarão, etc.), servida em fatias para consumo em eventos institucionais. Fornecimento por unidade, com rendimento estimado de 20 a 25 pessoas.</p> <p>Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 01 (uma) unidade</p>	UNIDADE	6
24	SALGADINHOS (CENTO)	<p>Salgadinhos variados (fritos ou assados): Fornecimento por cento (100 unidades), podendo incluir coxinha, empada, risoles, bolinha, canudinho, pastel recheados em tamanho coquetel ou mini, conforme padrão de eventos corporativos.</p> <p>Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 1(um) cento de (100) unidades.</p>	UNIDADE	40
25	DOCINHOS (CENTO)	<p>Docinhos tradicionais</p> <p>Fornecimento por cento (100 unidades), podendo incluir brigadeiro, beijinho, minitruflas ou similares, acondicionados em forminhas apropriadas.</p> <p>Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 1(um) cento de (100) unidades.</p>	CENTO (100 UNIDADES)	30
26	ÁGUA	<p>Garrafa 500 ml</p> <p>Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 50 unidades</p>	UNIDADE	1000
27	SUCO NATURAL DE FRUTAS	<p>Suco natural da fruta ou polpa</p> <p>Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 2 litros</p>	LITROS	100
28	REFRIGERANTE NORMAL OU ZERO	<p>Refrigerante de marca reconhecida. Sempre enviar uma opção zero.</p> <p>Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 2 litros</p>	LITROS	80

GRUPO II				
ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
EVENTOS E ESTRUTURA				
ESPAÇOS EXTERNOS				
29	AUDITÓRIO	Locação de auditório em hotel de categoria quatro estrelas ou superior, com ambiente climatizado, internet wireless, mesa diretora, cadeiras acolchoadas com capacidade para 200 a 350 pessoas, tela de projeção, passador de slides, microfone sem fio e sistema de som. O espaço deverá estar devidamente organizado, com todos os equipamentos testados previamente. O fornecimento deverá incluir água, café e snacks disponíveis durante todo o evento.	DIÁRIA	2
30	SALA DE TREINAMENTO	Locação de sala de treinamento em hotel de categoria quatro estrelas ou superior, com ambiente climatizado, internet wireless, mesa diretora, cadeiras acolchoadas com capacidade para 20 (vinte) a 50 (cinquenta) pessoas, tela de projeção, passador de slides, microfone sem fio e sistema de som. O fornecimento deverá incluir água e café disponíveis durante todo o evento, serviço de coffee-break e bebidas não alcoólicas. O formato de montagem da sala será definido pela CONTRATANTE conforme a necessidade de cada evento. O ambiente deverá estar previamente organizado e os equipamentos testados antes do início das atividades.	DIÁRIA	5
31	ESPAÇO ECO RESORT	Locação de espaço com três ambientes distintos, área fechada, área ao ar livre e restaurante, todos situados no mesmo endereço. O ambiente fechado deverá permitir montagem nos formatos "U" ou auditório, com até 50 cadeiras estofadas, mesa diretiva para 08 (oito) pessoas, 02 (duas) mesas de apoio (para materiais, café e água), internet wireless, tela de projeção, passador de slides, microfone sem fio e sistema de som. A área ao ar livre deverá ser adequada para a realização de atividades vivenciais. O restaurante deverá ter capacidade para atendimento de até 50 pessoas. O fornecimento deverá incluir água e café disponíveis durante todo o evento, serviço de coffee-break, almoço (buffet ou à la carte) e bebidas não alcoólicas. O formato da montagem será informado pela CONTRATANTE a cada evento. O espaço deverá estar devidamente organizado e os equipamentos testados com antecedência.	DIÁRIAS	6
32	QUADRA DE ESPORTES	Locação de duas quadras esportivas, devidamente equipadas com os materiais necessários à realização das atividades previstas, tais como coletes, bolas, raquetes, redes, serviço de arbitragem, entre outros itens correlatos.	HORAS	16

		As modalidades esportivas a serem desenvolvidas serão definidas pela CONTRATANTE conforme a natureza de cada evento, podendo incluir, a título exemplificativo: futsal, vôlei, basquete, beach tênis, funcional, yoga e dança. A estrutura contratada deverá comportar, no mínimo, 60 (sessenta) participantes simultaneamente.		
33	MESTRE DE CERIMÔNIAS	Contratação de profissional para atuar como mestre de cerimônias, responsável pela condução do evento conforme roteiro previamente aprovado pela CONTRATANTE. Compete ao profissional realizar a abertura oficial, apresentação de convidados, transições de pauta, encerramento e interação com o público, assegurando fluidez na comunicação, respeito ao cronograma e adequação ao protocolo institucional. O contratado deverá manter postura profissional, domínio do conteúdo, capacidade de improvisação, clareza na comunicação oral e alinhamento ao perfil do público-alvo, atuando em conformidade com as diretrizes da organização e observando normas cerimoniais e de etiqueta.	HORAS	32
34	APRESENTADOR LOCUTOR	Contratação de profissional capacitado e com experiência comprovada em apresentação de eventos institucionais e produtos audiovisuais, condução de entrevistas e atuação como mediador. O profissional deverá demonstrar fluência verbal, domínio de palco e adequação ao perfil do público-alvo.	HORAS	24
35	ATRAÇÃO ARTÍSTICA TIPO 1	Contratação de DJ com repertório musical variado, incluindo serviço completo de sonorização, mesa de som e iluminação. A prestação será realizada por hora, conforme demanda definida pela CONTRATANTE.	HORAS	18
36	ATRAÇÃO ARTÍSTICA TIPO 2	Apresentação musical com banda composta por 05 (cinco) integrantes, incluindo sonorização, palco, painel de LED e iluminação de palco. Estrutura completa fornecida pela CONTRATADA.	HORAS	18
37	MASSOTERAPEUTA	Contratação de serviço profissional de massoterapia, incluindo toda a logística necessária para execução no local do evento, bem como o fornecimento dos materiais indispensáveis à prestação do serviço, tais como: álcool 70%, cremes, papel toalha, toucas descartáveis, ventosas, cadeiras do tipo Quick e maca. A atividade deverá observar as normas sanitárias e de segurança aplicáveis.	HORAS	50
38	MONTAGEM DE ESTANDE	Contratação de equipe técnica especializada para montagem de estande padrão, com dimensões aproximadas de 3x2 metros, incluindo mão de obra qualificada e fornecimento integral dos materiais e equipamentos necessários à estrutura, conforme os padrões estabelecidos pelo organizador do evento e as especificações da CONTRATANTE. O estande deverá conter, no mínimo: 01 (um) balcão de atendimento, testeira personalizada, 01 (uma) mesa, 02 (duas) cadeiras, 01 (um) frigobar, 01 (uma) TV ou painel de LED e 01 (um) jarro decorativo com flores, naturais ou artificiais. Todos os equipamentos e mobiliários deverão ser previamente testados, com garantia de pleno funcionamento du-	UNIDADE	6

		<p>rante todo o evento.</p> <p>A equipe contratada será integralmente responsável pelos serviços de montagem e desmontagem do estande, assegurando a entrega em conformidade com os requisitos técnicos, visuais e operacionais previamente estabelecidos pela CONTRATANTE.</p>		
39	PROMOTOR COMERCIAL	<p>Contratação de profissional com experiência comprovada em eventos externos para atuar como promotor comercial, responsável por interagir com o público, apresentar e demonstrar características e benefícios de produtos ou serviços da CONTRATANTE, organizar e distribuir materiais promocionais, bem como realizar a coleta de dados para fins de geração de leads qualificados.</p> <p>O profissional deverá ter postura proativa, boa comunicação interpessoal e estar capacitado para atuar em ambientes corporativos e institucionais.</p>	HORAS	250
40	RECEPCIONISTA	<p>Contratação de recepcionista uniformizada, com experiência comprovada em eventos institucionais e corporativos, capacitada para recepção de autoridades, convidados e participantes, com atuação voltada para o acolhimento e orientação de público, administração de acessos e controle de fluxo. As atribuições incluem: credenciamento de participantes, distribuição de materiais gráficos e brindes, assistência de palco, apoio na manipulação de microfones, organização de listas de presença, suporte à equipe de secretariado e auxílio geral nas atividades do evento.</p> <p>O serviço deverá ser prestado por profissional com postura compatível ao ambiente institucional, boa comunicação, organização e capacidade de lidar com diferentes públicos.</p> <p>a) Recepcionista Bilíngue:</p> <p>Profissional com fluência comprovada em 02 (dois) idiomas, com experiência em atendimento a públicos diversos. Responsável por recepção, orientação e apoio a convidados e autoridades estrangeiras, com habilidade para comunicação formal e interpretação básica.</p> <p>b) Recepcionista Português:</p> <p>Profissional com domínio da língua portuguesa, dinâmico e com habilidade em lidar com pessoas, capacitado para atender as solicitações da CONTRATANTE durante a realização do evento.</p>	HORAS	24
41	SERVIÇO DE FILMAGEM E EDIÇÃO	<p>Prestação de serviço de filmagem com duração de até 05 (cinco) horas por diária, incluindo a entrega de 01 (um) vídeo editado com até 10 (dez) minutos.</p> <p>A gravação deverá ser realizada em sistema digital, com uso de câmera profissional, cabeamento e demais equipamentos necessários.</p> <p>A CONTRATADA será responsável por fornecer todos os recursos humanos e técnicos, incluindo operador de câmera e equipe de apoio.</p> <p>O material bruto e o vídeo final deverão ser entregues em formato digital, por meio de link em nuvem.</p>	DIÁRIA	20

42	SERVIÇO DE FOTOGRAFIA	<p>Prestação de serviço de registro fotográfico digital, com duração de até 03 (três) horas, a ser executado por 01 (um) fotógrafo profissional, utilizando equipamento de padrão técnico profissional.</p> <p>Todas as imagens captadas deverão ser entregues em formato digital por meio de link em nuvem, para fins de registro documental do evento.</p> <p>O serviço inclui a edição de até 20 (vinte) imagens, selecionadas previamente pela CONTRATANTE.</p>	DIÁRIA	20
43	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL	<p>Prestação de serviço de vigilância patrimonial e controle de acesso durante eventos promovidos pela CONTRATANTE. Os profissionais devem possuir curso de formação, habilitação legal e documentação regularizada.</p> <p>O serviço inclui levantamento prévio do local, definição de pontos de controle, rotas de evacuação e análise de riscos. Devem ser fornecidos os equipamentos operacionais necessários, como rádios comunicadores, detectores de metal (se aplicável) e demais itens pertinentes. Os vigilantes devem estar uniformizados e manter postura condizente com o perfil institucional.</p>	HORAS	40
44	ARRANJOS DE FLORES	<p>Fornecimento de mini coroa floral com dimensões aproximadas de 1,00 m x 1,00 m, composta por flores do tipo gérbera branca e rosa branca, devidamente montada e pronta para uso em cerimônias ou eventos institucionais. A entrega deverá ocorrer no local indicado pela CONTRATANTE, com a devida antecedência, garantindo a integridade e a qualidade estética do arranjo.</p>	UNIDADE	10
45	SELFIE POINT	<p>Fornecimento e montagem de painel temático personalizado, composto por estrutura de fundo decorativa com a identidade visual do evento, incluindo cores, logotipo institucional e tema comemorativo, conforme diretrizes da CONTRATANTE.</p> <p>A ambientação deverá contemplar elementos adicionais, tais como balões, flores, objetos cenográficos e adereços temáticos. A estrutura incluirá iluminação cênica com luzes LED, spots ou outros recursos que valorizem o cenário e proporcionem registros fotográficos de qualidade.</p> <p>Deverão ser fornecidos adereços fotográficos diversos, como placas divertidas, chapéus, óculos e acessórios para interação do público, conforme aprovação prévia da CONTRATANTE.</p> <p>Estão incluídos no serviço os procedimentos completos de montagem e desmontagem do espaço, a serem realizados antes e após o evento, com garantia de segurança e estabilidade da estrutura instalada.</p>	DIÁRIAS	12
46	TOTEM DIGITAL INTERATIVO	<p>Locação de totem digital interativo para utilização em eventos corporativos, a serem realizados em ambiente externo indicado pela CONTRATANTE. O equipamento deverá possuir tela touchscreen de 55 (cinquenta e cinco) polegadas, com sistema operacional Windows e resolução mínima de imagem em 4K (3840 x 2160 pixels).</p> <p>O serviço deverá incluir funcionalidades de gamificação para interação com o público e operador técnico responsável pelo</p>	DIÁRIAS	9

		manuseio e suporte durante todo o evento. A CONTRATADA será responsável pela coleta e disponibilização dos dados gerados durante a atividade, devendo entregar à CONTRATANTE os arquivos com os leads captados, em formato digital compatível.		
--	--	---	--	--

2.1. Havendo divergências entre as especificações deste termo e as dos sistemas, prevalecerão as deste Termo.

2.2. Especificação Detalhada:

2.2.1. A assistência técnica deverá ser contemplada no valor total da prestação de serviços.

2.2.2. A execução dos serviços obedecerá a um cronograma previamente estabelecido, alinhado ao calendário institucional da contratante. Estão previstas ações em datas comemorativas de caráter anual, bem como em eventos internos de frequência mensal, podendo ocorrer variações mediante prévio acordo entre as partes. As atividades relacionadas a eventos de natureza comercial serão agendadas conforme a necessidade da contratante, desde que respeitado o prazo mínimo de 3 (três) dias úteis de antecedência. A confirmação de cada demanda será formalizada por meio do envio de autorização de serviço específica, emitida pela Contratante para cada atividade a ser realizada.

2.2.3. Os serviços previstos deverão ser oferecidos de acordo com as condições especificadas no ITEM 2 – DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.2.4. Dos Materiais e Utensílios: É responsabilidade da Contratada fornecer todos os materiais necessários à execução dos serviços de alimentação citados no ITEM 2, incluindo louças, utensílios, equipamentos de buffet, materiais de apoio e/ou descartáveis, quando necessário. Todos os itens deverão estar em perfeito estado de conservação, funcionamento e higienização. A definição sobre o uso de materiais reutilizáveis ou descartáveis será feita previamente pela Contratante, à depender do tipo de evento.

2.2.5. Do serviço: A Contratada deverá disponibilizar, durante os serviços de alimentação, no mínimo, um(a) profissional de copeiragem uniformizado(a) e capacitado(a), responsável pelo serviço de alimentos e bebidas, organização do buffet e suporte operacional conforme instruções da Contratante, exceto em Ordem de Fornecimento inferior a 30 (trinta) pessoas.

2.2.6. Entende-se por Hotel categoria 4 estrelas, classificado conforme o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass), infraestrutura de alto padrão, incluindo recepção 24 horas, atendimento bilíngue, apartamentos com ar-condicionado, TV, frigobar, cofre, internet Wi-Fi, restaurante próprio, serviço de quarto, estacionamento e serviços adequados para eventos institucionais ou hospedagens corporativas. Localização preferencial em raio urbano de fácil acesso à sede da CEGÁS.

2.2.7. Entende-se por restaurante bem avaliado os que possuem nota igual ou superior a 4,0 (quatro) em pelo menos duas plataformas digitais reconhecidas, e dispor de infraestrutura compatível com eventos institucionais, incluindo ambiente climatizado, espaço reservado para grupos, conforto acústico, acessibilidade, condições sanitárias adequadas e capacidade proporcional ao número de participantes definidos pela Contratante. O serviço deverá incluir todos os materiais necessários, como louças, talheres, copos, guardanapos e utensílios de apoio. A equipe de atendimento deverá ser dimensionada conforme o número de convidados, assegurando agilidade, cortesia e suporte integral durante o evento.

2.2.8. Os auditórios e salas locadas deverão estar totalmente preparados, com todos os equipamentos devidamente instalados e testados, até o dia anterior à realização do evento. Deverá ser disponibilizado 01 (um) profissional operacional para suporte técnico durante todo o período do evento.

2.3. Da Matriz de Riscos

2.3.1. Nos termos do art. 69, inciso X, combinado com art. 42, inciso X da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, os seguintes riscos e responsabilidades entre as partes, caracterizando o equilíbrio econômico-financeiro inicial do respectivo contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

2.3.2. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados no subitem 2.2.5 Eventos Matriz de Riscos o CONTRATADO deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, informar à CEGÁS sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c) As medidas que tomará para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,
- e) Outras informações relevantes.

2.3.2.1. Após a notificação, a CEGÁS decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais ao CONTRATADO. Em sua decisão a CEGÁS poderá isentar temporariamente o CONTRATADO do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

2.3.2.2. A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Cláusula Das Sanções Administrativas.

2.3.2.3. O reconhecimento pela CEGÁS dos eventos descritos no subitem 2.2.5 Eventos Matriz de Riscos que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente ao CONTRATADO, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, devendo o risco ser suportado exclusivamente pelo CONTRATADO.

2.3.3. As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em prazo hábil.

2.3.3.1. As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

2.3.3.2. As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

2.3.3.3. Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro.

2.3.3.3.1. O Contrato poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e, mesmo assim, a manutenção do Contrato se tornar impossível ou inviável nas condições existentes, ou for excessivamente onerosa.

2.3.3.4. As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

2.3.4. Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do Contrato, não previstos na tabela abaixo Eventos Matriz de Riscos serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

2.3.5. Tabela Eventos Matriz de Riscos

EVENTO MATRIZ DE RISCOS			
ITEM	TIPO DE RISCO	MOTIVO	RESPONSABILIDADES

			CONTRATADO	CEGÁS
1	ATRASO NO INÍCIO, NÃO REALIZAÇÃO, REDUÇÃO DA PRODUTIVIDADE OU PARALISAÇÃO DAS ENTREGAS PROGRAMADAS	DEVIDO A INTEMPÉRIES	X	
2	INTERRUPÇÃO DO CONTRATO EM VIGOR	INTERRUPÇÃO DO CONTRATO VIGENTE POR OUTRA EMPRESA CAUSANDO PARALISAÇÃO DO CONTRATO EM ANDAMENTO.		X
3	FORNECIMENTO DE MATERIAIS, INSUMOS E/OU EQUIPAMENTOS PELO CONTRATADO, QUE NÃO ATENDAM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS NO EDITAL PELO CONTRATANTE.	MATERIAIS, INSUMOS E/OU EQUIPAMENTOS EM DESCONFORMIDADE COM OS REQUISITOS TÉCNICOS E CONTRATUAIS.	X	
4	ATRASO NO PAGAMENTO DO OBJETO	PROBLEMA COM FLUXO DE CAIXA DA CONTRATANTE.		X
5	ATRASO NO PAGAMENTO DO OBJETO.	FALTA DE DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA EM CONTRATO PARA PAGAMENTO.	X	
6	CUSTOS DE AÇÕES TRABALHISTAS E/OU PREVIDENCIÁRIAS DE RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO.	CUSTOS DE CONDENAÇÕES NO PAGAMENTO DE AÇÕES TRABALHISTAS OU PREVIDENCIÁRIAS DE PROFISSIONAIS DO CONTRATADO E/OU SUBCONTRATADOS.	X	
7	ATRASO NO INÍCIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO CONTRATADO	ATRASO POR PARTE DO CONTRATANTE NA DISPONIBILIZAÇÃO DO PROJETO.		X
8	NÃO INÍCIO OU PARALISAÇÃO ENTREGAS CONTRATADAS.	PROBLEMAS COM SUPRIMENTOS DE INSUMOS, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS, PESSOAL CAPACITADO, ETC.	X	

		RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO, NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO CONTRATO.		
9	ATRASSO NO ENCERRAMENTO DAS ENTREGAS CONTRATADAS.	ATRASSO POR PARTE DO CONTRATADO DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA PELO CONTRATANTE: RELATÓRIO TÉCNICO, CHECKLIST, ETC.	X	
10	OCORRÊNCIA DE INCIDENTES OU ACIDENTES NO TRANSCORRER DO CONTRATO.	EXECUÇÃO DE TRABALHO FORA DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS EM CONTRATO, NORMAS REGULAMENTADORAS, PADRÕES DE SMS DA CONTRATANTE, ETC., PODENDO CAUSAR OU CAUSANDO INCIDENTES/ACIDENTES.	X	
11	PARALISAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS, PELA CONTRATANTE OU ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO, EM DECORRÊNCIA DE CONDIÇÕES DE RISCOS GRAVE E IMINENTES AOS TRABALHADORES, MEIO AMBIENTE OU COMUNIDADE.	EXECUÇÃO DE TRABALHO FORA DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS EM CONTRATO, LEGISLAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO E AMBIENTAL.	X	

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

3.1. O prazo de vigência do contrato será de **36 (trinta e seis) meses**, contados a partir de sua celebração, observando o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 13.303/2016.

3.2. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos arts. 72 e 81 da Lei Federal nº 13.303/2016 e nos art. 174 ao 180 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. Em seu Plano de Marketing, a CEGÁS definiu que seu principal desafio é ampliar o seu conhecimento junto à sociedade cearense, com foco na atração de novos negócios e clientes, além da necessidade de consolidar uma cultura organizacional mais engajada e integrada.

E para alcançar estes objetivos foram definidas diversas iniciativas voltadas para o fortalecimento da marca e o engajamento de diferentes públicos, incluindo clientes, parceiros estratégicos, imprensa e colaboradores. As ações contemplam eventos institucionais e comerciais, como a entrega do Selo Verde e o Seminário sobre Transição Energética e Inovação, bem como atividades de endomarketing, como eventos comemorativos e ações de incentivo a saúde e bem-estar. A ausência de uma estrutura contratual adequada para a gestão e operacionalização desses eventos comprometeria a eficácia das ações planejadas.

Diante disso, a contratação de serviços especializados em gestão e produção de eventos se apresenta como uma solução necessária e estratégica, garantindo qualidade, eficiência e economicidade na execução das iniciativas previstas. A terceirização desse serviço permite maior flexibilidade e otimização de recursos, assegurando que os eventos ocorram de forma padronizada, com infraestrutura adequada e suporte profissional, contribuindo diretamente para o alcance dos objetivos institucionais e comerciais da CEGÁS.

4.2. O objeto da contratação está previsto no plano de negócios e investimentos e com as diretrizes de logística sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração, definidos em regulamento do Poder Executivo Estadual, conforme art. 6º do Decreto Estadual nº 35.283/2023.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de gestão, planejamento, organização, gerenciamento, promoção, coordenação, recepção, operacionalização, produção e assessoria de eventos, por demanda, com fornecimento de produtos, visando atender às necessidades institucionais e comerciais da Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS.

O contrato abrangerá a realização de eventos diversos, como seminários, premiações, exposições culturais, ações de marketing e confraternizações corporativas. Os serviços contratados incluirão desde o planejamento e execução logística até a montagem de estruturas, fornecimento de equipamentos audiovisuais, material gráfico, decoração, catering, recepção e suporte técnico. A execução ocorrerá de forma flexível, conforme demanda da Companhia, garantindo eficiência e controle dos custos.

A empresa contratada deverá assegurar a qualidade dos serviços prestados, observando as normas técnicas aplicáveis, incluindo segurança do trabalho, acessibilidade e sustentabilidade. A logística reversa para descarte adequado de resíduos, a utilização de equipamentos de baixo consumo energético e a priorização de materiais recicláveis ou biodegradáveis serão requisitos a serem atendidos. A solução permitirá à CEGÁS consolidar sua estratégia de marketing e comunicação, promovendo seus valores institucionais e fortalecendo sua imagem perante a sociedade.

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada na organização, planejamento e execução de eventos institucionais, incluindo o fornecimento de serviços de catering. A empresa contratada será responsável pela logística completa dos eventos, abrangendo montagem, infraestrutura, decoração, apoio técnico e operacional, conforme as necessidades do órgão demandante.

Os serviços deverão contemplar tanto os eventos previamente listados no **Anexo II**, quanto aqueles de caráter extraordinário, observando a antecedência mínima estabelecida para planejamento e execução, garantindo a adequada preparação dos espaços e serviços.

O serviço de catering deve atender às boas práticas de qualidade e segurança alimentar, disponibilizando opções de buffet para participantes com restrições alimentares específicas, como alergias, intolerâncias, dietas restritivas e preferências alimentares, sendo servidas separadamente para evitar contaminação cruzada e garantir a devida sinalização.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Subcontratação

6.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.2. Garantia contratual

6.2.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes da Lei Federal nº 13.303/2016, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor contratual, que deverá ser prestada até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do contrato.

6.2.2. Utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

6.2.3. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

6.2.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem 6.2.6, deste Termo.

6.2.5. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

6.2.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

6.2.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I – Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II – Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

III – Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

6.2.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem 6.2.7, observada a legislação que rege a matéria.

6.2.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada com correção monetária em favor do contratante, em conta preferencialmente no Banco Bradesco S.A, ou outro banco indicado pelo contratante.

6.2.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

6.2.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

6.2.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

6.2.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificado.

6.2.14. O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

6.2.15. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

6.2.16. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

6.2.17. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de

declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

6.2.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

6.2.19. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. O prazo de execução do objeto contratual é de **36 (trinta e seis) meses**, contados a partir do recebimento da primeira ordem de serviço ou instrumento equivalente.

7.1.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016.

7.2. Condições de Execução

7.2.1. O objeto contratual deverá ser executado em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo, contados a partir do recebimento da ordem de serviços ou instrumento equivalente.

7.2.2. A Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do serviço, bem como cobertura de seguro, estão presentes no subitem 2.2 deste Termo.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 13.303/2016, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre contratante e contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O contratante poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o contratante poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante especialmente designado para este fim pelo contratante, ou pelo respectivo substituto, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

8.7. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, quando for o caso, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

9.1. Recebimento do Serviço

9.1.1. Os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, no prazo de 5 (cinco) dias, pela fiscalização, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

9.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.1.3. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.1.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório nos termos da lei.

9.1.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.1.5. Os serviços serão recebidos DEFINITIVAMENTE no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

9.1.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

9.1.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

9.1.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

9.1.5.4. Comunicar ao contratado para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.1.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser comunicando ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2. Liquidação

9.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.2.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 29 da Lei nº 13.303/2016.

9.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no subitem 12.8 deste Termo.

9.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.3. Prazo de pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado mensalmente no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado, preferencialmente no Banco Bradesco S/A, ou outro banco indicado pelo contratante.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na Planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.5. Antecipação de pagamento

9.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento, nos termos do art. 81, inciso V, da Lei nº 13.303/2016.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

10.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

10.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;

10.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;

10.7. Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

10.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

10.8.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

10.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

11.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da conclusão do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

11.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), ou no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

11.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

11.9. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

11.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

11.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório

para o atendimento do objeto da contratação, exceto para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

11.14. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

11.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.17. Promover, se for o caso a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.18. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.

11.19. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

11.20. Emitir a nota fiscal de serviço eletrônica correspondente a cada ordem de serviço executada no período e enviar à contratante no período de 01 a 25 de cada mês, justificando em caso de descumprimento do prazo.

11.21. Manter boa avaliação na prestação de serviços nas pesquisas de satisfação de clientes ou avaliações públicas (exemplo reclame aqui, google, etc)

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

12.2. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

12.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

12.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Qualificação técnica

12.3. A documentação relativa à qualificação técnico-operacional nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 consistirá em:

Qualificação técnico-operacional

12.3.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

12.3.1.1. Para fins da comprovação, o(s) atestado(s) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) compatível(is) ao objeto da licitação.

12.3.2. Apresentar Atestado de Capacidade Técnica que comprove experiência anterior em serviços similares. Comprovação de eventos corporativos e/ou institucionais realizados nos últimos 3 anos, com no mínimo 100 convidados.

12.4. Apresentar Termo de Compromisso ou comprovar que no momento da contratação a contratada terá um escritório ou unidade de atendimento em Fortaleza ou Região Metropolitana, respeitando um raio de até 30km da sede da CEGÁS. A proximidade geográfica em relação à sede da contratante, influenciam diretamente na agilidade operacional e na qualidade dos serviços prestados, considerando a conservação dos alimentos e a logística de entrega de materiais.

12.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pelo pregoeiro, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o contrato, dentre outros documentos.

12.6. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

12.7. Apresentar Termo de Compromisso ou comprovar que no momento da contratação a contratada terá um escritório ou unidade de atendimento em Fortaleza ou Região Metropolitana, respeitando um raio de até 30km da sede da CEGÁS. A proximidade geográfica em relação à sede da contratante, influenciam diretamente na agilidade operacional e na qualidade dos serviços prestados, considerando a conservação dos alimentos e a logística de entrega de materiais.

Habilitações fiscal, social e trabalhista

12.8. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

12.8.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.8.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.8.3. A regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.8.4. A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

12.8.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

12.8.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

12.9. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.10. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, uma vez que o certificado de microempreendedor – CCMEI, supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio certificado.

12.11. Os documentos enumerados no subitem 12.8 poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico. Quanto a comprovação de atendimento do disposto nos subitens 12.8.3, 12.8.4 e 12.8.5 deverá ser feita na forma da legislação específica.

12.12. Para os Estados e Municípios que emitam prova de regularidade fiscal em separado, os proponentes deverão apresentar as respectivas certidões.

12.13. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

12.14. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarado o vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

12.15. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará a decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

12.16. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.

Habilitação econômico-financeira

12.17. A habilitação econômica financeira será aferida mediante a apresentação da seguinte documentação, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021:

12.17.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 5.764/1971. No caso de pessoa física ou de sociedade simples, certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante.

12.18. Na ausência da certidão negativa, o licitante em recuperação judicial deverá comprovar o acolhimento judicial do plano de recuperação judicial nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005. No caso do licitante em recuperação extrajudicial, deverá apresentar a homologação judicial do plano de recuperação.

13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos próprios da CEGÁS.

14. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

14.1. ANEXO A – ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DE ITENS

ANEXO A – ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DE ITENS

SEÇÃO 1 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Consiste em serviço técnico e especializado de Assessoria Prévia no planejamento, coordenação, supervisão e a gestão da execução de serviços, estruturas, equipamentos e demais demandas necessárias antes, e após evento. Este serviço será prestado diariamente inclusive fins de semana e feriados, quando necessário.

Para efeito deste Termo, em se tratando de Assistência Técnica, devem ser consideradas as seguintes definições:

Planejamento:

- Identificação do evento;
- Levantamento do nível de complexidade;
- Escolha do local para avaliação prévia da CEGÁS;
- Infraestrutura;
- Apoio Técnico, administrativo e de pessoal;
- Divulgação;
- Orçamentos.

Organização:

- Seleção e alocação de recursos humanos;
- Identificação e montagem de ambientes;
- Elaboração da programação geral e do roteiro;
- Distribuição de atribuições e de tarefas;
- Secretaria prévia.

A contratada deverá prestar a Assistência Técnica especificada sem ônus adicional a CEGÁS, nas condições a seguir descritas e disponibilizando:

- a) Profissional do seu quadro permanente, para atender diretamente a CEGÁS com larga experiência comprovada em atividades de assessoria, planejamento e organização de eventos.
- b) Equipe de apoio: composta de telefonista, secretária, administrador e demais profissionais indispensáveis para realização dos serviços;
- c) Estrutura física e logística da sede da empresa, como equipamentos de informática, telefone, material de expediente e outros necessários para a realização das atividades de Assessoria Prévia.
 - d) Infraestrutura mínima necessária: para o perfeito cumprimento do contrato, são estes os requisitos mínimos que a CONTRATADA deverá possuir para a sua execução: 01 (um) escritório administrativo, localizado no município de Fortaleza de preferência ou em municípios da Região Metropolitana de Fortaleza.

SEÇÃO 2 - EVENTOS PREVISTOS

DISPOSIÇÕES GERAIS DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO

Todos os itens desta seção deverão incluir, obrigatoriamente, o fornecimento de louças, utensílios, equipamentos de buffet e materiais de apoio ao serviço, bem como itens descartáveis, conforme a necessidade. A definição sobre a utilização de louças, utensílios e/ou itens descartáveis será realizada pela CONTRATANTE e previamente ajustada para cada evento. Deverá, ainda, ser disponibilizado pelo fornecedor, durante a realização do evento, no mínimo, um(a) profissional responsável pelo serviço de copeiragem, encarregado(a) de servir os alimentos e bebidas, bem como prestar apoio ao serviço conforme as orientações da CONTRATANTE.

Para os pedidos que envolvam fornecimento de alimentos, deverá ser disponibilizada uma mesa exclusiva para atendimento de pessoas com restrições alimentares.

Os itens deverão contemplar opções sem glúten e sem lactose, podendo incluir: torta salgada sem glúten e sem lactose, bolo sem glúten e sem lactose, salada de frutas, cuscuz com acompanhamento (ovos mexidos sem manteiga, carne moída ou frango desfiado), tapioca, biscoito de polvilho, iogurte zero lactose e granola.

Os alimentos deverão ser adaptados à realidade de cada ordem de fornecimento, respeitando as diretrizes nutricionais e de acessibilidade alimentar. Quantidade média por Ordem de Fornecimento: 10 (dez) pessoas por solicitação.

ANIVERSARIANTES DO MÊS

Alimentos: Torta de aniversário (média 5kg) com topo de bolo com parabéns, 03 (três) tipos de bolos, 02 (dois) tipos de torradas com 02 (dois) tipos de geleia, manteiga, mini-tapiocas, 02 (dois) tipos de salgadinhos de forno, 02 (dois) tipos de salgadinhos fritos, mini-cuscuz, bandeja de frios (queijo branco e amarelo, peito de peru, presunto light), pãezinhos de leite, pão “carioquinha”, sanduíche natural, mini croissant, 02(duas) tortas salgadas de 3kg, salada de frutas(mamão, uva, maçã, laranja, manga), frutas in natura(maçã, tangerina, banana).

Bebidas: café, leite, chocolate quente, 02 (dois) tipos de suco de fruta ou polpa (acerola, cajá, caju, manga), iogurte.

Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 80 pessoas

CARNAVAL

Alimentos: 03 tipos de pães (pão de leite com patê de frango ou presunto, cachorro-quente, sanduíche natural, pão trançado de presunto e ervas, rosca de calabresa), pão de queijo, dadinhos de tapioca; 02 (dois) tipos de bolo, torta salgada (frango ou carne de sol), escondidinho de carne de sol, creme de frango. frutas in natura e/ou laminadas. Bebidas: Coquetel de frutas sem álcool, 02 (dois) tipos de suco, refrigerantes, água com gás.

Decoração carnavalesca: cortinas metalizadas, luzes de led decorativa, TNT, E.V.A, Selfie Point. 5 pacotes de confetes, 5 pacotes de serpentina.

Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 50 pessoas

CEGÁS É MAIS SAÚDE

Alimentos: Sanduíche natural de frango com cenoura, minisanduíches de patê de atum, salada de frutas, barra de cereal, frutas in natura e/ou laminadas.

Bebidas: 02 (dois) tipos de suco, água de coco, água mineral (garrafa 500ml), bebida proteica zero lactose 250ml, café.

Equipe de apoio para a realização do evento: assessoria esportiva, carro batador ou ambulância (quando for o caso).

Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 30 pessoas

DIA DAS CRIANÇAS

Cardápio Especial

Alimentos: Cachorro-quente, minipizzas, sorvete, picolé, carrinhos com pipoca e algodão-doce; crepe e churros, bolo fofo e bolo de chocolate, bolinho saudável sem açúcar, cupcakes, brownies, pão de queijo, salgadinhos variados: coxinha, pasteizinhos, enroladinhos. Sacola personalizada de papel com pirulitos e balinhas.

Bebidas: 02 (dois) tipos de suco natural de fruta ou polpa e suco artificial de uva.

Brinquedos e Brincadeiras: contratação de monitores e de brinquedos, como cama elástica, pula-pula, escorregador, piscina de bolinhas e gincanas, games, sessão cinema, animador, pintura facial, pintura em telas ou gesso (incluir aventais, tintas e pincéis).

Decoração infantil: arco de bolas coloridas para a entrada do evento.

Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 50 pessoas

DIA DAS MÃES

Serviço de café colonial

Alimentos: pães diversos, queijo, presunto, patê ou requeijão, geleias, salgadinhos, torta salgada, torta doce, docinhos tradicionais, frutas in natura e/ou laminadas

Bebidas: 02 (dois) tipos de suco, chocolate quente e café.

Decoração: balões de coração ou arranjos florais.

Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 30 pessoas

DIA DOS PAIS

Serviço de café colonial

Alimentos: pães diversos, queijo, presunto, geleias, salgadinhos, torta salgada, mini hot-dog, bolo fofo.

Bebidas: 02 (dois) tipos de suco, refrigerante e café.

Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 30 pessoas

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Alimentos: Torta doce, 02 (dois) tipos de bolos, canudinhos recheados com frango, salada de frutas, 04 (quatro) tipos de salgadinhos tradicionais, 03 (três) tipos de pães, queijo, presunto, geleias, minissanduíches.

Bebidas: 02 (dois) tipos de suco, chocolate quente, refrigerantes.

Mimo: Incluir mimo comemorativo personalizado e embalado, a ser combinado com a contratante, respeitando a cota individual no valor máximo de R\$ 25,00 (exemplo: nécessaire, kit manicure, item skincare, botões de rosas naturais, caixinha personalizada com docinhos gourmet, porta retrato, etc)

Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 40 pessoas

EVENTO INTERNO

Serviço de churrasco para carnes de boi, frango e suínos

Alimentos: linguças (toscana, mista, suína); cortes de frango (tulipa, coxa, sobrecoxas, coração, asa); cortes de boi e suínos: picanha, alcatra, fraldinha, costela, pernil suíno; espetinhos; saladas: folhas verdes, maionese ou salada de macarrão. *Pratos quentes:* Arroz branco, baião de dois e batata frita; 2(dois) tipos de farofas; molhos e temperos (vinagrete, azeite, ervas, pimenta, sal, vinagre, limão); pão de alho; espetos de queijo coalho.

Bebidas: 02 (dois) tipos de sucos de fruta ou polpa, refrigerantes, limonada, água mineral, água com gás, gelo,

Sobremesa: Pudins ou mousses.

Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 50 pessoas

FESTA JUNINA

Serviço de buffet

Alimentos: Itens juninos: milho cozido e assado, pamonha, cachorro-quente, canjica, cocada branca, cocada preta, bolo de milho, pé de moleque, paçoquita, bolo de laranja, cocada de amendoim com açúcar queimado, maçã do amor;

Espetinhos de carne (maminha, cupim) e espetinho de frango (coxinhas, coração, peito). Pratos quentes: Baião de dois, paçoca, arroz branco, vatapá, creme de galinha.

Carrinho com crepe, churros, algodão-doce e pipoca.

Bebidas: 04 (quatro) tipos de sucos de fruta ou polpa, refrigerante, água mineral, água com gás, gelo, limão.

Sobremesas: Pudim de leite ou mousse (limão ou maracujá).

Decoração: bandeirinhas, balões, chapéus de palha, luzes, mesas e cadeiras, toalhas xadrez, estalinhos (120 caixinhas com 10und), descartáveis (se necessário): copos, pratos, colheres, garfos, facas e guardanapos de papel.

Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 100 pessoas.

FESTA NATALINA

Restaurante com ambiente climatizado; serviço de buffet ou à la carte; espaço reservado distando cerca de 20km da sede da CEGÁS.

Alimentos: Menu natalino com opções de entradas, prato principal e opções de sobremesas.

Bebidas: Refrigerantes, água mineral, água com gás, 02 (dois) tipos de suco natural, coquetel sem álcool.

Decoração natalina: a definir. Ex: toalhas vermelhas, arranjos de mesas natalino, árvore de natal grande, etc.

Serviço: garçons; seguranças, recepcionista, coordenador de eventos. a definir de acordo com a quantidade de participantes e local do evento.

Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 80 pessoas.

PÁSCOA

Cesta de Páscoa

Cesta com pão de coco de 300 gramas, garrafa (1,5L) de suco de uva integral, ovo de Páscoa (não artesanal, marcas reconhecidas no mercado) sabor chocolate com peso líquido de 300 a 375 gramas. Incluir Ovo de Páscoa Zero Lactose.

Contratação de um personagem para a entrega dos ovos (02 horas de permanência na sede da CEGÁS)

Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 80 cestas

SEÇÃO 3 – SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO

Todos os itens desta seção devem incluir louças e utensílios, equipamentos de buffet e materiais de apoio ao serviço ou itens descartáveis, a combinar antecipadamente, conforme a demanda de cada evento.

ALMOÇO/JANTAR À LA CARTE – TIPO A

Almoço ou jantar em restaurante bem avaliado, servido à la carte. Contendo opções de entrada, prato principal e sobremesa. Incluir bebidas não alcoólicas.

Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 30 pessoas.

ALMOÇO/JANTAR BUFFET – TIPO B

Almoço ou jantar em restaurante bem avaliado, serviço de buffet. Contendo opções de entrada, prato principal e sobremesa. Incluir bebidas não alcoólicas.

Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 30 pessoas.

BRUNCH

Alimentos: 03 tipos de pães (opções: pão de leite com patê de frango ou presunto, cachorro-quente, sanduíche natural, pão trançado de presunto e ervas, rosca de calabresa); pão de queijo; dadinhos de tapioca; 02 (dois) tipos de bolo; torta salgada (frango ou carne de sol); escondidinho de carne de sol; creme de frango; frutas in natura e/ou laminadas.

Bebidas: 02 (dois) tipos de suco, refrigerantes, café.

Serviço: Incluir copeira durante a duração do evento.

Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 30 pessoas

COFFEE BREAK

Alimentos: Pães de queijo, 02 (dois) tipos de bolo, 02 (dois) tipos de minisanduíches, 04 (quatro) tipos de minissalgados, salada de frutas.

Bebidas: 02 (dois) tipos de suco, refrigerantes, café, leite, iogurte, chocolate quente.

Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 20 pessoas

COQUETEL VOLANTE

Serviço de coquetel volante

Alimentos: 05 (cinco) tipos de canapés salgados quentes; 04 (quatro) tipos de canapés salgados frios; 02 (dois) tipos de canapés doces; 03 (três) tipos de miniporção de prato quente (escondidinhos ou cremes), minisanduíches, miniporções de sobremesas.

Bebidas: coquetel de frutas sem álcool, refrigerantes, água, 02 tipos de sucos naturais. Serviço: Equipe composta por 01 (um) garçom para cada 15 (quinze) participantes; Inclusão de copeira, conforme necessidade e quantidade de convidados definida pela CONTRATANTE.

Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 50 pessoas

CREPE E CHURROS

Serviço com estrutura móvel para preparo e distribuição de crepes (doces e salgados) e churros, com operador, insumos e equipamentos inclusos. A atividade deve seguir boas práticas de higiene e atender ao público em eventos institucionais.

FINGER FOOD

Alimentos: Minisanduíches, canapés, mini croissants, brusquetas, mini quiches: quiche de queijo com geleia de pimenta, quiche de espinafre com gorgonzola; kafta, e mini-hambúrgueres salgadinhos tradicionais (coxinhas, bolinhos de queijo e pastéis), 02 tipos de creme (creme de espinafre, abóbora com carne de sol, creme de queijo), escondidinhos, biscoitos finos doces, mini brownies, brigadeiros, trufas e mini cupcakes. Bebidas: Água saborizada, capuccino, 02 (dois) tipos de suco, refrigerante, café.

Serviço: Incluir copeira durante a duração do evento.

Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 12 pessoas.

KIT LANCHE I

Fornecimento de 01 (um) sanduíche natural, 01 (um) refrigerante de 250 ml ou suco de 200 ml e 01 (uma) fruta in natura, acondicionados em embalagem individual de papel pardo, com inclusão de guardanapo.

Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 10 (dez) unidades.

KIT LANCHE II

Fornecimento de 01 (um) pacote de biscoito recheado pequeno (90 g) e 01 (um) refrigerante de 250 ml ou suco de 200 ml.

Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 10 (dez) unidades.

KIT LANCHE III

Fornecimento de 01 (uma) fatia de bolo fofo e 01 (um) refrigerante de 250 ml ou suco de 200 ml.

Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 10 (dez) unidades.

PIPOCA E ALGODÃO DOCE

Prestação de serviço com carrinho móvel para preparo e distribuição de pipoca e algodão-doce, incluindo operador, insumos, equipamentos e utensílios necessários à execução da atividade. O serviço deverá observar as boas práticas de higiene e estar adequado ao atendimento de público em eventos institucionais.

Quantidade mínima por Ordem de Fornecimento: 01 (um) ponto de serviço por evento, salvo disposição específica da CONTRATANTE.

SEÇÕES 4 e 5 – MATERIAIS PARA SERVIÇO DE ALIMENTOS E BEBIDAS

Os itens constantes na Tabela de Itens – Anexo II, seções 4 (quatro) e 5 (cinco), deverão ser fornecidos de modo a permitir que a CONTRATANTE os utilize adequadamente conforme a finalidade pretendida. O fornecimento não contempla o serviço de copeiragem; contudo, cada item deverá ser entregue em utensílio apropriado para servir, acompanhado de louças ou itens descartáveis, conforme especificado pela CONTRATANTE.

SEÇÃO 6 – ESPAÇOS EXTERNOS**AUDITÓRIO**

Locação de auditório em hotel de categoria quatro estrelas ou superior, com ambiente climatizado, internet wireless, mesa diretora, cadeiras acolchoadas com capacidade para 200 a 350 pessoas, tela de projeção, passador de slides, microfone sem fio e sistema de som. O espaço deverá estar devidamente organizado, com todos os equipamentos testados previamente. O fornecimento deverá incluir água e café disponíveis durante todo o evento, serviço de coffee-break, almoço (à la carte ou buffet) e bebidas não alcoólicas.

ESPAÇO ECO RESORT

Locação de espaço com três ambientes distintos — área fechada, área ao ar livre e restaurante — todos situados no mesmo endereço.

O ambiente fechado deverá permitir montagem nos formatos "U" ou auditório, com até 50 cadeiras estofadas, mesa diretiva para 08 (oito) pessoas, 02 (duas) mesas de apoio (para materiais, café e água), internet wireless, tela de projeção, passador de slides, microfone sem fio e sistema de som.

A área ao ar livre deverá ser adequada para a realização de atividades vivenciais.

O restaurante deverá ter capacidade para atendimento de até 50 pessoas.

O fornecimento deverá incluir água e café disponíveis durante todo o evento, serviço de coffee-break, almoço (buffet ou à la carte) e bebidas não alcoólicas.

O formato da montagem será informado pela CONTRATANTE a cada evento. O espaço deverá estar devidamente organizado e os equipamentos testados com antecedência.

QUADRA DE ESPORTES

Locação de duas quadras esportivas, devidamente equipadas com os materiais necessários à realização das atividades previstas, tais como coletes, bolas, raquetes, redes, serviço de arbitragem, entre outros itens correlatos.

As modalidades esportivas a serem desenvolvidas serão definidas pela CONTRATANTE conforme a natureza de cada evento, podendo incluir, a título exemplificativo: futsal, vôlei, basquete, beach tênis, funcional, yoga e dança.

A estrutura contratada deverá comportar, no mínimo, 60 (sessenta) participantes simultaneamente.

SALA DE TREINAMENTO

Locação de sala de treinamento em hotel de categoria quatro estrelas ou superior, com ambiente climatizado, internet wireless, mesa diretora, cadeiras acolchoadas com capacidade para 20 (vinte) a 50 (cinquenta) pessoas, tela de projeção, passador de slides, microfone sem fio e sistema de som.

O fornecimento deverá incluir água e café disponíveis durante todo o evento, serviço de coffee-break, almoço (à la carte ou buffet) e bebidas não alcoólicas.

O formato de montagem da sala será definido pela CONTRATANTE conforme a necessidade de cada evento.

O ambiente deverá estar previamente organizado e os equipamentos testados antes do início das atividades.

SEÇÃO 7 – SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

APRESENTADOR/LOCUTOR

Contratação de profissional capacitado e com experiência comprovada em apresentação de eventos institucionais e produtos audiovisuais, condução de entrevistas e atuação como mediador. O profissional deverá demonstrar fluência verbal, domínio de palco e adequação ao perfil do público-alvo.

ATRAÇÃO ARTÍSTICA – TIPO 1

Contratação de DJ com repertório musical variado, incluindo serviço completo de sonorização, mesa de som e iluminação. A prestação será realizada por hora, conforme demanda definida pela CONTRATANTE.

ATRAÇÃO ARTÍSTICA – TIPO 2

Apresentação musical com banda composta por 03 (três) integrantes, incluindo sonorização, palco e iluminação de palco. A duração da apresentação será de 03 (três) horas, com todos os equipamentos e instrumentos inclusos.

ATRAÇÃO ARTÍSTICA – TIPO 3

Apresentação musical com banda composta por 05 (cinco) integrantes, incluindo sonorização, palco, painel de LED e iluminação de palco. A duração da apresentação será de 03 (três) horas, com estrutura completa fornecida pela CONTRATADA.

MASSOTERAPEUTA

Contratação de serviço profissional de massoterapia, incluindo toda a logística necessária para execução no local do evento, bem como o fornecimento dos materiais indispensáveis à prestação do serviço, tais como: álcool 70%, cremes, papel toalha, toucas descartáveis, ventosas, cadeiras do tipo Quick e maca. A atividade deverá observar as normas sanitárias e de segurança aplicáveis.

MESTRE DE CERIMÔNIAS

Contratação de profissional para atuar como mestre de cerimônias, responsável pela condução do evento conforme roteiro previamente aprovado pela CONTRATANTE. Compete ao profissional realizar a abertura oficial, apresentação de convidados, transições de pauta, encerramento e interação com o público, assegurando fluidez na comunicação, respeito ao cronograma e adequação ao protocolo institucional.

O contratado deverá manter postura profissional, domínio do conteúdo, capacidade de improvisação, clareza na comunicação oral e alinhamento ao perfil do público-alvo, atuando em conformidade com as diretrizes da organização e observando normas cerimoniais e de etiqueta.

MONTAGEM DE ESTANDE

Contratação de equipe técnica especializada para montagem de estande padrão, com dimensões aproximadas de 3x2 metros, incluindo mão de obra qualificada e fornecimento integral dos materiais e equipamentos necessários à estrutura, conforme os padrões estabelecidos pelo organizador do evento e as especificações da CONTRATANTE.

O estande deverá conter, no mínimo: 01 (um) balcão de atendimento, testeira personalizada, 01 (uma) mesa, 02 (duas) cadeiras, 01 (um) frigobar, 01 (uma) TV ou painel de LED e 01 (um) jarro decorativo com flores, naturais ou artificiais.

Todos os equipamentos e mobiliários deverão ser previamente testados, com garantia de pleno funcionamento durante todo o evento.

A equipe contratada será integralmente responsável pelos serviços de montagem e desmontagem do estande, assegurando a entrega em conformidade com os requisitos técnicos, visuais e operacionais previamente estabelecidos pela CONTRATANTE.

PROMOTOR COMERCIAL

Contratação de profissional com experiência comprovada em eventos externos para atuar como

promotor comercial, responsável por interagir com o público, apresentar e demonstrar características e benefícios de produtos ou serviços da CONTRATANTE, organizar e distribuir materiais promocionais, bem como realizar a coleta de dados para fins de geração de leads qualificados.

O profissional deverá ter postura proativa, boa comunicação interpessoal e estar capacitado para atuar em ambientes corporativos e institucionais.

RECEPCIONISTA

Contratação de recepcionista uniformizada, com experiência comprovada em eventos institucionais e corporativos, capacitada para recepção de autoridades, convidados e participantes, com atuação voltada para o acolhimento e orientação de público, administração de acessos e controle de fluxo. As atribuições incluem: credenciamento de participantes, distribuição de materiais gráficos e brindes, assistência de palco, apoio na manipulação de microfones, organização de listas de presença, suporte à equipe de secretariado e auxílio geral nas atividades do evento.

O serviço deverá ser prestado por profissional com postura compatível ao ambiente institucional, boa comunicação, organização e capacidade de lidar com diferentes públicos.

a) Recepcionista Bilíngue:

Profissional com fluência comprovada em 02 (dois) idiomas, com experiência em atendimento a públicos diversos. Responsável por recepção, orientação e apoio a convidados e autoridades estrangeiras, com habilidade para comunicação formal e interpretação básica.

b) Recepcionista Português:

Profissional com domínio da língua portuguesa, dinâmico e com habilidade em lidar com pessoas, capacitado para atender as solicitações da CONTRATANTE durante a realização do evento.

SERVIÇO DE FILMAGEM E EDIÇÃO

Prestação de serviço de filmagem com duração de até 05 (cinco) horas por diária, incluindo a entrega de 01 (um) vídeo editado com até 10 (dez) minutos.

A gravação deverá ser realizada em sistema digital, com uso de câmera profissional, cabeamento e demais equipamentos necessários.

A CONTRATADA será responsável por fornecer todos os recursos humanos e técnicos, incluindo operador de câmera e equipe de apoio.

O material bruto e o vídeo final deverão ser entregues em formato digital, por meio de link em nuvem.

SERVIÇO DE FOTOGRAFIA

Prestação de serviço de registro fotográfico digital, com duração de até 03 (três) horas, a ser executado por 01 (um) fotógrafo profissional, utilizando equipamento de padrão técnico profissional.

Todas as imagens captadas deverão ser entregues em formato digital por meio de link em nuvem, para fins de registro documental do evento.

O serviço inclui a edição de até 20 (vinte) imagens, selecionadas previamente pela CONTRATANTE.

SERVIÇO DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL

Prestação de serviço de vigilância patrimonial e controle de acesso durante eventos promovidos pela CONTRATANTE. Os profissionais devem possuir curso de formação, habilitação legal e documentação regularizada.

O serviço inclui levantamento prévio do local, definição de pontos de controle, rotas de evacuação e análise de riscos. Devem ser fornecidos os equipamentos operacionais necessários, como rádios comunicadores, detectores de metal (se aplicável) e demais itens pertinentes. Os vigilantes devem estar uniformizados e manter postura condizente com o perfil institucional.

SEÇÃO 8 – EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS

ARRANJOS DE FLORES

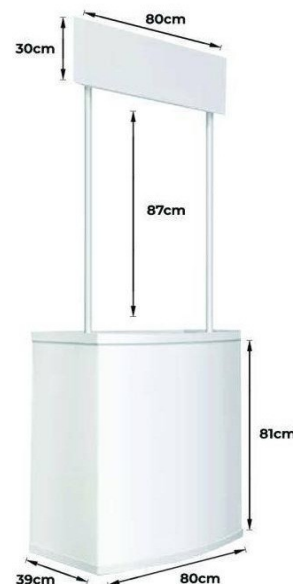
Fornecimento de mini coroa floral com dimensões aproximadas de 1,00 m x 1,00 m, composta por flores do tipo gérbera branca e rosa branca, devidamente montada e pronta para uso em cerimônias ou eventos institucionais. A entrega deverá ocorrer no local indicado pela CONTRATANTE, com a devida antecedência, garantindo a integridade e a qualidade estética do arranjo.

BALCÃO PDV PROMOCIONAL COM TESTEIRA

Aluguel de balcão promocional com testeira. Material poliestireno de alta densidade ou PVC expandido (PS ou PVC), com estrutura desmontável, com encaixes simples, ideal para transporte e montagem rápida em eventos, feiras ou pontos de venda.

Medidas Aproximadas: Largura frontal: 80 cm, Altura total: 198 cm (81 cm balcão + 87 cm hastes + 30 cm testeira) e Profundidade: 39 cm.

Personalização da Marca CEGÁS: Aplicação de adesivos em vinil autocolante de alta qualidade com impressão digital da marca CEGÁS, arte enviada pela contratante.



SELFIE POINT

Fornecimento e montagem de painel temático personalizado, composto por estrutura de fundo decorativa com a identidade visual do evento, incluindo cores, logotipo institucional e tema comemorativo, conforme diretrizes da CONTRATANTE.

A ambientação deverá contemplar elementos adicionais, tais como balões, flores, objetos cenográficos e adereços temáticos. A estrutura incluirá iluminação cênica com luzes LED, spots ou outros recursos que valorizem o cenário e proporcionem registros fotográficos de qualidade.

Deverão ser fornecidos adereços fotográficos diversos, como placas divertidas, chapéus, óculos e acessórios para interação do público, conforme aprovação prévia da CONTRATANTE.

Estão incluídos no serviço os procedimentos completos de montagem e desmontagem do espaço, a serem realizados antes e após o evento, com garantia de segurança e estabilidade da estrutura instalada.

TOTEM DIGITAL INTERATIVO

Locação de totem digital interativo para utilização em eventos corporativos, a serem realizados em ambiente externo indicado pela CONTRATANTE. O equipamento deverá possuir tela touchscreen de 55 (cinquenta e cinco) polegadas, com sistema operacional Windows e resolução mínima de imagem em 4K (3840 x 2160 pixels).

O serviço deverá incluir funcionalidades de gamificação para interação com o público e operador técnico responsável pelo manuseio e suporte durante todo o evento.

A CONTRATADA será responsável pela coleta e disponibilização dos dados gerados durante a atividade, devendo entregar à CONTRATANTE os arquivos com os leads captados, em formato digital compatível.

ANEXO II - CARTA PROPOSTA

À

Central de Licitações do Estado do Ceará

Ref.: Pregão Eletrônico nº 20250018/CEGÁS

A proposta encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.

1. Identificação da licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por _____ (_____) dias, contados da data de sua emissão.
- O objeto contratual terá garantia de _____ (_____) _____.

3. Formação do Preço

ITEM _____					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
VALOR GLOBAL R\$ Valor por extenso (_____)					

DECLARO, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema é autêntica.

Local e data

Assinatura do representante legal
(Nome e cargo)

ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Contrato nº ____ / 20__ –
Processo nº _____

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS
E (O)A _____,
ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE
NELE SE DECLARA.

O(A) _____, situada(o) na _____, inscrita(o) no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato representada(o) pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, e a _____, com sede na _____, CEP: _____, Fone: _____, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº _____, doravante denominado CONTRATADO, representado neste ato pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Pregão Eletrônico nº 20250018/CEGÁS e seus anexos, os preceitos do direito público, a Lei Federal nº 13.303/2016 e o Regulamento de Interno de Licitações e Contratos da CONTRATANTE e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 20250018/CEGÁS, ao Termo de Referência, à proposta do contratado e aos eventuais anexos dos respectivos documentos os quais constituem parte deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços de gestão, planejamento, organização, gerenciamento, promoção, coordenação, recepção, operacionalização, produção e assessoria de eventos, por demanda, com fornecimento de produtos, nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATADO.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA ALTERAÇÃO

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de **36 (trinta e seis) meses**, contados a partir de sua celebração, observando o disposto nos arts. 71 da Lei Federal nº 13.303/2016.

4.2. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos arts. 72 e 81 da Lei Federal nº 13.303/2016 e nos arts. 174 a 180 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CONTRATANTE.

4.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O regime de execução indireta se dará por empreitada por preço global.

5.2. Os prazos e condições de conclusão, entrega, recebimento do objeto, obrigações e demais condições constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

5.3. Os riscos a serem suportados pelo CONTRATANTE e CONTRATADO se encontram descritos no subitem 2.3 do Termo de Referência, da Matriz de Risco.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO E DO RECEBIMENTO

8.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, bem como, as condições de recebimento, encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da apresentação da proposta, conforme art. 178 do RILC da CEGÁS.

9.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

10.1. As obrigações referentes ao CONTRATANTE e ao CONTRATADO encontram-se definidas no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

11.1. O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

11.1.1. O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos do fornecimento e/ou execução dos serviços especificados no certame ou no contrato administrativo.

11.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

11.3. O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Contrato, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

11.4. O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

11.5. O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.5.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

11.5.2. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

11.6. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6.1. O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.6.2. O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

11.6.3. O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas,

11.7. Caso as PARTES necessitem subcontratar atividades relacionadas ao certame/contrato em que haja tratamento dos dados, deverão exigir a vinculação do SUBCONTRATADO (suboperador) aos critérios definidos neste instrumento, fazendo-o assinar um termo de adesão ao presente contrato.

11.7.1. O CONTRATANTE deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de subcontratação (suboperadores) firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.7.2. Em caso de subcontratação, o CONTRATADO e o SUBCONTRATADO responderão em regime de solidariedade por eventuais danos causados aos titulares, o CONTRATANTE e a terceiros, em virtude de qualquer conduta comissiva ou omissiva inerente ao tratamento dos dados.

11.7.3. O CONTRATADO deverá assegurar que o subcontratado oferecerá o mesmo nível de segurança dos dados, produzindo e guardando evidências disso;

11.8. As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

11.8.1. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

11.8.2. O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, fornecedores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

11.8.3. O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

11.9. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

- a) Data e hora do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança, utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

11.9.1. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- c) Definir o padrão de respostas a serem dadas aos titulares, terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

11.10. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (role based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

11.11. A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos bens e/ou serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

11.12. O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações

das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

11.13. Em caso de responsabilização do Estado por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Estado nos termos da legislação.

11.13.1. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.14. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

11.15. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Será exigida garantia contratual nos termos e prazos estabelecidos no subitem 6.2. do Termo de Referência. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada, nos termos do art. 83 da Lei nº 13.303/2016 e os art. 241 e seguintes e do seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos, as seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa, na forma a seguir:

a) Multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a contratante a promover a rescisão do contrato.

b) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente.

c) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, até o limite do percentual fixado na alínea “e”, hipótese que pode resultar na rescisão da avença. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.

d) Multa diária de 0,1% (um décimo por cento), sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 0,3% (três décimos por cento), em caso de reincidência.

e) Multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela CONTRATANTE.

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

14.2. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou cobrada judicialmente.

14.3. As sanções previstas nos incisos I e III do subitem 14.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

14.4. As sanções previstas no inciso III subitem 14.1 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I – Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II – Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III – Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados.

14.5. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

14.6. Na impossibilidade do pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes ou da garantia contratual, o CONTRATADO recolherá a multa por meio de depósito bancário podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes nos art. 237 e 238 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CONTRATANTE, será causa para sua rescisão, na forma do art. 239 com as consequências previstas no art. 240, do mesmo diploma legal.

14.2. Este contrato poderá ser extinto a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes de razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato, sem que caiba à CONTRATADA direito à indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos próprios da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ÉTICA E INTEGRIDADE / CONFORMIDADE

16.1. A CONTRATADA deverá observar, durante a vigência do contrato, o disposto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), comprometendo-se em não praticar quaisquer atos lesivos à CEGÁS, estando ciente das penalidades previstas na referida legislação, além daquelas cominadas na Lei nº 13.303/16 e outras normas de licitações e contratos aplicáveis à CONTRATANTE.

16.2 A CONTRATADA deverá pautar sua atuação nos princípios éticos e compromissos definidos no “CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE” da CEGÁS, disponível para download no site eletrônico da CONTRATANTE. Dessa forma, não caberá ao CONTRATADA quaisquer reclamações posteriores quanto às sanções aplicadas em virtude de descumprimento do referido Código e disposições legais contidas na Lei nº 12.846/2013.

16.3 A CONTRATADA, sem excluir o dever da CONTRATANTE, está obrigada a fiscalizar o cumprimento da presente Cláusula, instruindo e dando ciência a todos aqueles que atuem em seu nome, para a execução do presente Contrato, visando à prevenção, detecção e combate de atos lesivos.

16.4 A CONTRATADA se compromete a denunciar, imediatamente, a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis na CONTRATANTE, dentre os quais:

a. <https://cearatransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/ouvidoria>;

b. ouvidoria@cegas.com.br;

c. Telefone ouvidoria: (85) 3266.6924;

d. comissao.etica@cegas.com.br;

e. cae@cegas.com.br;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ANTICORRUPÇÃO

17.1 Em demonstração de comprometimento e responsabilidade, as Partes declaram conhecer e concordar integralmente com o estabelecido no Código de Conduta e Integridade da CONTRATANTE, disponibilizado no sítio eletrônico desta Companhia, assim como com o estabelecido na Lei Nº 12.846, de 01/08/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública.

17.2 As Partes declaram, na data de entrada em vigência deste Contrato, que as mesmas, seus diretores, executivos ou empregados não ofereceram, prometeram, deram, autorizaram, solicitaram ou aceitaram qualquer valor pecuniário indevido ou outra vantagem de qualquer tipo (ou que tenha ficado implícito que irão ou poderão fazer qualquer coisa desta natureza a qualquer momento no futuro) de alguma forma relacionada ao Contrato e que tomaram as medidas razoáveis para prevenir subcontratadas, agentes ou terceiros, sujeito ao seu controle ou à sua influência de fazê-lo.

17.3. As Partes concordam que, em todos os momentos relacionados com este Contrato, ao longo de sua vigência e após, nenhuma das Partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis nacionais, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, colaboradores, subcontratadas, agentes ou terceiros, sujeitos ao seu controle ou influência determinante ajam da mesma forma.

17.4. As Partes declaram que vedarão as práticas seguintes a qualquer momento e de todas as formas, em relação a prepostos, colaboradores, subcontratadas, agentes ou terceiros, sujeitos ao seu controle ou influência, funcionários públicos a nível internacional, nacional ou local, partidos políticos, partidos oficiais ou candidatos a cargos políticos, diretores, executivos ou empregados de partidos, quer estas práticas sejam envolvidas direta ou indiretamente, inclusive através de terceiros:

a) Suborno: é o ato de oferecer, prometer, dar, autorizar ou aceitar qualquer valor indevido ou outras vantagens, por ou para qualquer das pessoas acima listadas ou para qualquer outra pessoa a fim de obter ou reter o negócio ou outras vantagens impróprias, em conexão com contratos públicos ou privados, licenças regulatórias, tributação, taxas alfandegárias, procedimentos judiciais e legislativos.

A prática de suborno não se limita ao descrito, mas frequentemente inclui:

- i) Repasse de parte do pagamento do contrato a agentes públicos, acionistas ou a partidos oficiais ou aos empregados da outra Parte contratante, parentes, amigos, conhecidos ou parceiros de negócios, ou,
- ii) O uso de intermediários como agentes, subcontratadas, consultores ou outros terceiros, para canalizar o pagamento a agentes públicos, acionistas ou a partidos oficiais, ou aos empregados da outra parte contratante, parentes, amigos, conhecidos ou parceiros de negócios.

b) Extorsão ou Solicitação: é a exigência de um suborno, seja ou não acoplado a uma ameaça se a exigência é recusada. Cada parte se oporá a qualquer tentativa de extorsão ou solicitação e é encorajada a reportar tais tentativas através dos meios formais ou informais de comunicação, a menos que tal relatório seja considerado contraproducente dadas as circunstâncias.

c) Tráfico de Influências: é o ato de oferecer ou solicitar uma vantagem indevida por meio do exercício de influência imprópria, real ou suposta com o objetivo de obter uma vantagem indevida para si ou para qualquer outra pessoa.

d) Lavagem dos proventos das práticas corruptas acima mencionadas: é a ocultação ou disfarce da origem ilícita, da fonte, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, sendo que tal propriedade é produto de crime. Em respeito aos terceiros, sujeitos ao controle ou influência determinante de uma Parte, incluindo, mas não limitado aos fiscais do Contrato, agentes, consultores de desenvolvimento de negócios, representantes de vendas, agentes aduaneiros, consultores gerais, revendedores, subcontratadas, franqueados, advogados, contadores ou intermediários similares, atuando a favor da Parte no que diz respeito ao marketing ou vendas, a negociação dos contratos, a obtenção de licenças, permissões ou outras autorizações, ou qualquer ação que beneficie a parte ou os subcontratados, as Partes se comprometem a instruí-los a:

- I) não participar ou tolerar qualquer ato de corrupção;
- II) não usar suas posições para a condução de práticas de corrupção; contratá-los apenas na extensão necessária para a condução regular dos negócios das Partes;
- III) não pagar mais do que a remuneração adequada ao legítimo serviço.

17.5. O descumprimento dos deveres estipulados nos itens antecedentes ensejará a abertura de procedimento administrativo contraditório para apurar a conduta da Parte que violar o referido dispositivo. Constatada administrativamente qualquer prática contrária aos deveres estipulados nestas cláusulas, a Parte poderá notificar a outra Parte e exigir que essa Parte tome as medidas corretivas necessárias em um prazo razoável. Se a Parte notificada falhar ao tomar as medidas corretivas necessárias, ou se essas medidas não forem possíveis, poderá invocar defesa provando que quando as evidências da violação surgiram, tinha colocado em prática medidas preventivas anticorrupções, capazes de detectar o ato de corrupção e promover uma cultura de integridade na organização.

17.6. Se nenhuma medida corretiva for tomada, a Parte notificante poderá, a seu critério, independentemente às providências descritas no item acima, suspender o contrato ou encerrá-lo, considerando que todo o montante contratualmente até a suspensão ou término do Contrato continuarão devidos, na medida do permitido pela lei aplicável.

17.7. Além do disposto acima, após a apuração dos fatos pela CONTRATANTE, o resultado será publicado no Diário Oficial, dando-se ciência ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas do Estado e à PGE para eventuais medidas administrativas ou judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 13.303/2016 e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá a CONTRATANTE divulgar o presente instrumento conforme disposto no § 2º do art. 51 da Lei nº 13.303 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CONTRATANTE, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção a Lei Federal nº 12.527/2011, regulamentada no Estado do Ceará pela Lei nº 15.175/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

20.1. O modelo de gestão contratual consta no Termo de Referência, anexo a este contrato.

20.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por agente público da CONTRATANTE especialmente designados, quando da aprovação da assinatura do contrato.

20.2.1. O gestor e o fiscal do contrato, com a indicação da função exercida, serão nomeados pela Diretoria Executiva da CONTRATANTE, por meio de Ata de Reunião, nos termos do § 1º do art. 196, do seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. Fica eleito o foro do município da sede do CONTRATANTE, para dirimir os litígios que

decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Local e data

Pela CONTRATANTE:

Diretor Presidente

Diretor

Pela CONTRATADA:

Representante
Cargo

Representante
Cargo

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF: